



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

KARLA ANA FRANCISCA MOREIRA DE OLIVEIRA

**CRESCIMENTO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA-TO NA PORÇÃO
NORDESTE: O CASO DO BAIRRO PRESIDENTE LULA**

ARAGUAÍNA-TO

2015

KARLA ANA FRANCISCA MOREIRA DE OLIVEIRA

**CRESCIMENTO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA-TO NA PORÇÃO
NORDESTE: O CASO DO BAIRRO PRESIDENTE LULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. Elias da Silva

ARAGUAÍNA-TO

2015

KARLA ANA FRANCISCA MOREIRA DE OLIVEIRA

**CRESCIMENTO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA-TO NA PORÇÃO
NORDESTE: O CASO DO BAIRRO PRESIDENTE LULA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Geografia da
Universidade Federal do Tocantins (UFT),
para a obtenção do grau de Licenciado
em Geografia.

Orientador: Dr. Elias da Silva.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elias da Silva
Orientador

Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes

Prof. Ms. Roberto Antero da Silva

Araguaína, 2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, dono do meu existir!

A minha família, razão das lutas do dia a dia!

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente aquele, que tudo
pode Deus.

Dedico ao meu professor Elias da Silva

Dedico ao meu filho e aos meus pais.

A cidade no capitalismo é um espaço de reprodução do capital e divisão social do trabalho. E nesse espaço que se revelam as diferenciações de renda e de classes sociais da população e de grupos, onde o acesso diferenciado aos bens de consumo e coletivo acentuam ainda mais os contrastes entre ricos e pobres.

(Ana Fani Alexandri Carlos, 2004)

RESUMO

O trabalho aqui apresentado visa demonstrar o crescimento físico territorial de Araguaína-TO na porção leste e nordeste, na aproximação território, cidade e rede: o caso do bairro Presidente Lula. Para realização deste, buscou-se embasamento teórico em autores de renome nacional, tais como: Milton Santos, Manoel Castells, Jacira Garcia Gaspar, Claudivan Santiago e outros mais; em revistas, na internet e outros sobre urbanização desde o espaço mundial até ao município em estudo para uma melhor compreensão da organização espacial bem como das contradições e agentes que atuam neste processo – provocando a expansão desordenada, a descontinuidade do crescimento urbano e a segregação espacial de áreas menos privilegiadas nas cidades; por último, pode-se observar o papel da Geografia na formação dos espaços sociais, conscientizando a população do bairro em questão na busca de infraestrutura adequada juntamente ao poder público em prol de todas as pessoas que residem naquela localidade.

Palavras-chave: Urbanização, Organização, Segregação, Araguaína-TO.

ABSTRACT

The work presented here aims to demonstrate the territorial physical growth Araguaína-TO on the east and northeast portion, in the approach area, and city network: the case of President Lula neighborhood. For achieving this, it sought theoretical basis for nationally renowned authors such as Milton Santos, Manuel Castells, Jacira Gaspar Garcia, Claudivan Santiago and others; in magazines, on the Internet and other on urbanization from the global space to the municipality under study for a better understanding of the spatial organization and the contradictions and agents who work in this process - causing sprawl, discontinuity of urban growth and spatial segregation areas less privileged in the cities; Finally, one can observe the role of geography in the formation of social spaces, aware the district population concerned in the search for adequate infrastructure along to the government on behalf of all the people residing in that area.

Key-words: urbanization, organization, Segregation, Araguaína-TO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	11
1.1-A urbanização no mundo.....	11
1.2-O processo urbano no Brasil.....	12
1.2.1-A organização espacial do Estado do Tocantins.....	14
1.2.2-O processo de urbanização em Araguaína-TO.....	16
1.3-O papel dos promotores imobiliários.....	17
CAPÍTULO II - A EXPANSÃO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA.....	20
CAPÍTULO III - A DESCONTINUIDADE URBANA DE ARAGUAÍNA E A VALORIZAÇÃO DOS SEUS IMÓVEIS.....	25
CAPÍTULO IV - A SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM DESTAQUE O BAIRRO PRESIDENTE LULA.....	31
4.1 – Bairro Presidente Lula.....	31
4.2- Ocupação e os principais problemas enfrentados pela comunidade do Bairro Presidente Lula.....	31
CAPÍTULO V – O PAPEL DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado visa demonstrar o processo de expansão urbana de Araguaína e suas especificidades. Assim, o crescimento do município em estudo é referenciado e caracterizado por descontinuidade e pela escassez da terra urbana. Visto que estas situações são comumente típicas das grandes cidades brasileiras. Mas no momento atual devido ao “meio técnico-científico-informacional ser a expansão geográfica da globalização” (SANTOS, 2001), os fenômenos anteriormente citados, já são também, típicos de cidades pequenas e médias como Araguaína, situada às margens da Belém-Brasília (BR-153).

Desta forma, a problemática central deste trabalho é descontinuidade e a estratégia de escassez da terra urbana na cidade de Araguaína, que materializa um processo de expansão desordenada na área territorial urbana nos últimos 25 anos, devido às ações dos atores e agentes produtores do espaço. Neste contexto, nos propusemos a interpretar esta situação no urbano para assim, entender a atuação dos envolvidos do processo de produção e reprodução de espaço urbano.

A importância do estudo desse tema porta-se na dinâmica do crescimento territorial urbano, ministrado pelo poder público local, e pelos agentes capitalistas interessados em expandir seus negócios, ou seja, os promotores imobiliários. Neste jogo de interesses o território urbano, configura-se segundo suas óticas e lógicas de atuação. Segundo este raciocínio materializa-se no espaço urbano áreas descontínuas de caráter especulativo, fruto da estratégia de escassez de terras urbanas.

Assim sendo, a presente pesquisa tem como objetivo esclarecer as características deste modelo de expansão da área territorial urbana, os agentes envolvidos e o papel do Estado, com o intuito de explicar a sociedade civil local o direcionamento deste fenômeno, para assim conhecer este processo de gestão. Percebe-se integrante desta sucessão de mudanças no urbano, pois a mesma são os maiores utilizadores em quantidade e intensidade do território urbano.

No capítulo I, observa-se uma abordagem básica sobre o processo histórico da urbanização, para então compreendermos o processo da expansão da área territorial urbana de Araguaína. Analisamos neste capítulo os fatores norteadores,

que impulsionaram no princípio o crescimento urbano seu planejamento e a concentração de serviços, dando a cidade o título de pólo regional.

No capítulo II, foi narrado as causas da expansão territorial de Araguaína, onde a mesma ocorreu a princípio pela BR – 153 e pela excelente localização do município – elo de ligação entre os estados nordestinos e os estados das demais regiões do Brasil e outras mais.

No capítulo III, foi evidenciado como esse crescimento descontínuo influencia diretamente na valorização dos imóveis urbanos de Araguaína. Neste contexto veremos o papel do Estado neste processo ao privilegiar determinadas áreas (bairros) com implantação de infraestrutura, esta alocação como iremos notar dá a essas áreas um maior valor, e conseqüentemente aos móveis. Este fato gera um processo segregativo, pois surgem áreas nobres, sendo a expressão do domínio do espaço urbano pelo poder aquisitivo da população.

No capítulo IV, foi possível ver a segregação espacial de Araguaína, tendo como destaque o Bairro Presidente Lula. Ocupado por uma parcela da população com uma poder aquisitivo pequeno, concentrada em moradias precárias e quase sem infraestrutura, dispersa em áreas de distante do centro urbano como o bairro em questão.

No capítulo V, pode-se observar a importância da geografia na conscientização da população, para que a mesma possa agir juntamente com o poder público em prol de infraestrutura e vida digna para as pessoas que residem fora das áreas centrais dos centros urbanos, de modo especial, o município em estudo.

Este estudo, portanto, tem como meta entender o modelo de crescimento da cidade de Araguaína, e descobrir os agentes sociais envolvidos no processo que gera as discontinuidades urbanas, evidenciar a falta de planejamento e a segregação sócio espacial no espaço urbano de Araguaína -TO.

CAPÍTULO I - HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

1.1-A urbanização no mundo

A urbanização é um fenômeno inerente à cidade, este fato remete inúmeras definições, para Castells (1975), os sociólogos enriqueceram os estudos ao introduzirem nas discussões duas definições: a primeira referindo-se a concentração espacial, da população. A segunda, sobre “cultura urbana”. Outra concepção a cerca da urbanização é a “[...] que caracteriza a urbanização como um processo de concentração da população em dois níveis: 1º a proliferação de pontos de concentração; 2º o aumento de tamanho de cada um destes pontos” (ELDRIGO, apud CASTELLS, 1975, p. 40).

Mas para termos uma concepção mais sólida sobre a urbanização, teremos que analisar essas definições de escolas e de práticas administrativas e fazermos uma analogia das relações: sociedade e espaço na construção do urbano na história. Diante desta realidade, Castells (1975), remete uma investigação sobre os primeiros aglomerados urbanos que surgiram fruto das técnicas produtivas e condições sociais e naturais do trabalho, permitindo ao agricultor produzir o excedente, ocasionando uma divisão interna do trabalho especializado (o de padres, funcionários, operários de serviços); neste momento os centros, são locais religiosos, administrativos e políticos sendo a expressão espacial da complexidade da sociedade.

Assim, uma visão concreta sobre o processo de urbanização na Idade Antiga são as cidades imperiais romanas, que nasceram nos locais de conquista, resultante da expansão do império nos territórios tendo como função: o comércio e a gestão. Este fato implicou em uma urbanização em várias porções da Europa. A cidade na Idade Média toma outra forma devido à decadência do Império Romano e a ascensão do Sistema Feudal na Europa, sobre este fato Castells comenta:

...Que tendo as funções políticas administrativas centrais sendo substituídas pelas dominações locais dos senhores feudais, não houve outro fundamento social a encargo das cidades a não ser o das divisões da Igreja ou da Colonização e a defesa de fronteiras (1975, p. 45).

Desta forma, a urbanização a “expressão lógica do capitalismo” que desarticula a estrutura agrária, provocando o êxodo rural, transforma a economia,

cria mercados no urbano. Neste contexto, reordena o processo de urbanização de acordo com suas características.

O processo de urbanização não deve ser entendida em uma única fase a que se refere ao aumento populacional devido às necessidades da indústria. Mas sim como fenômeno amplo, onde este crescimento incide na dilatação do urbano para além das fronteiras da cidade, a respeito desse fenômeno, Lefebvre discorre:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, o 'tecido urbano', não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (1999, p. 17).

Todavia, nos países em desenvolvimento, ou como muitos costumam chamar países subdesenvolvidos, o processo de urbanização inicial, não esteve associado com o crescimento econômico, fato este notado nos países desenvolvidos da Europa, onde aconteceu a primeira urbanização fruto do capitalismo industrial. Esta situação é observada no processo de urbanização do Brasil Colônia, onde este fenômeno está ligado à necessidade externa, neste caso a dos colonizadores portugueses.

1.2-O processo urbano no Brasil

No tocante ao Brasil, pode-se afirmar que o processo de urbanização inicia-se precocemente nas primeiras décadas do século XVI, logo após o “descobrimento” pelos portugueses nestas condições as primeiras vilas e cidades nascem na colônia, tendo como função a dominação, sobre este fato, Santos (2005) ressalta que: “No começo a ‘cidade’ era bem uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante” (p. 25).

Assim sendo, a expansão colonial portuguesa sobre o território, objetivando o crescimento econômico nos séculos XVII e XVIII, ocasionou o surgimento de vilas e cidades em áreas interioranas. Mas a urbanização somente intensifica-se no século XVIII quando a cidade torna-se local de moradia de fazendeiros e senhores de engenhos. A respeito disso, Santos (2005) narra em seu livro, A Urbanização Brasileira:

E a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve a cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai a sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana (R. BASTIDE, apud SANTOS, 2005, p. 21).

Somente no século XIX, que o processo de urbanização caminha para a sua maturidade, este fato pode ser observado no estado de São Paulo, pois neste período o índice de crescimento urbano foi de 43%. Fato este relacionado com a produção de café, produto principal da economia nacional neste período, e mais, por ser a região mais dinâmica no que diz respeito à infraestrutura, sobre este fato, Santos relata:

[...] a explicação pode ser baseada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade) quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro (2002, p. 29)

A partir de então, a urbanização toma corpo com a industrialização intensa na década de “50” - devido à decadência da monocultura do café na Região Sudeste, especificamente em São Paulo, sendo o estado mais dinâmico do país no início do século XX, datado de melhor infraestrutura. Ocasionalmente pela queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, este fato desestruturou a sua economia e conseqüentemente, a do país cuja base economia era notadamente a agricultura. Devido este fato o capital ocioso foi direcionado para outro segmento da economia: a indústria emergente.

Frente a essa realidade, o processo de industrialização propiciou uma intensa urbanização no país tendo como início dessa reação às cidades mais dinâmicas: São Paulo, Rio de Janeiro e expandindo-se para as demais cidades segundo suas potencialidades. Para Santos (2002), a industrialização não deve ser entendida no seu sentido restrito. Mas sim em visão ampla, como processo social complexo que incidiu na formação do mercado nacional via integração nacional que proporcionou fluxos de mercadorias, informações e pessoas.

O Brasil em meados da década de “50” do século XX passa por inúmeras transformações no uso do seu território, a respeito desse fato, Almeida discorre que: “A inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, do pós Segunda Guerra, conduziu a uma acelerada transformação no uso do território que se refletiu principalmente na consolidação da urbanização do país...” (SPOSITO, 2004, p. 339).

Sposito (2004), afirma que, o processo de urbanização no Brasil intensificou-se com a industrialização ao introduzir no país capital estrangeiro. Neste momento sob a égide do Estado, logo em seguida a urbanização, da “região concentrada” impulsionada pela industrialização. O governo elabora metas para integrar todo o território nacional, através dos meios de comunicação rodovias; para circulação implantação sem barreiras do capital internacional em qualquer ponto do território, possibilitando o de escoar seus futuros produtos. Com este intuito, direcionou as políticas de atuação para as regiões Centro-Oeste e Norte.

1.2.1-A organização espacial do Estado do Tocantins

Porém, o projeto de integração anteriormente mencionado só cria corpo físico no governo Juscelino Kubitschek, sobre esse fenômeno, Gaspar (2002), faz as seguintes afirmações: “a primeira a interiorização da Capital Federal para o planalto central brasileiro, e a segunda a construção de um sistema de circulação para integrar as demais regiões a capital federal”. No caso específico do Tocantins e da cidade de Araguaína situada ao norte do estado do Tocantins, a força motriz impulsionadora do processo de urbanização na pós-década de 50 foi à rodovia Belém-Brasília (BR-153) juntamente com a expansão da atividade agropecuária. Com o seu advento trouxe o progresso para esse Estado e município, gerindo uma nova lógica a esse espaço.

O estado do Tocantins constitui uma área pioneira no processo de incorporação do seu território à Amazônia Legal, cujo aspecto se da pela transformação ocorrida no seu interior. Primeiro, com o processo de mudança pela caracterização do seu espaço estrutural, a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, possibilitando não só a ocupação de áreas demograficamente inabitadas como também a criação e o crescimento de núcleos urbanos, formando a rede urbana no Tocantins.

Segundo, com a consolidação do estado, tendo como consequência uma nova compreensão do antigo norte goiano. Um grande bolsão de miséria como analisa Barbosa (1999, p. 82): “o nortense pertencia a uma categoria inferiorizada, abandonada, ao passo que a população do sul recebeu uma única designação, a de goiana e não de sulista”.

Quanto à concepção de território, encontra-se em Andrade (1994, p. 213): “(...) à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer o poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

A ocupação do território tocantinense foi tardia, se comparada a outras regiões brasileiras (AJARA, 1991). Inicia-se na primeira metade do século XVIII, com base na exploração aurífera, expandindo a população em direção ao norte. Segundo Parente (1999, p. 59), “o povoamento, à medida que surgiam novos achados, acompanhava o ouro em direção ao norte, originando vários arraiais – verdadeiras ilhas, cada vez mais isoladas umas das outras”.

Num momento posterior, com a decadência da mineração, a ocupação se deu pela introdução da pecuária, ainda no século XVIII.

O processo de mudança na organização espacial do Tocantins aprofundou-se no século XX, principalmente na década de 1960, com a construção da BR-153, alterando todas as relações que estavam construídas na sua base socioeconômica, ao incorporar a economia de mercado, baseada na pecuária extensiva.

O desenvolvimento das atividades agropecuárias no novo estado reestruturou os anseios de uma classe política relacionada com as tendências neoliberais, a terra tornou-se propriedade privada, as organizações camponesas foram abafadas pelo discurso das novas oportunidades. As diferenças regionais entre o norte pobre e o sul desenvolvido foram estratégias de articulação política para a consolidação do novo estado. De fato esta questão da pobreza é verdadeira numa visão analítica do aspecto da desigualdade socioeconômica da população tocantinense. No entanto, a pobreza não representou e nem representa os propósitos dos políticos que se engajavam na luta pela autonomia do estado no sentido de acabar ou de diminuir tais diferenças, haja vista que a estrutura do sistema da política agrária permaneceu reproduzindo o capital, e continuaram a se expandir essencialmente os agentes da economia capitalista como os latifundiários e empresas capitalistas. A essência da criação do estado se insere nos interesses econômicos e políticos de tais segmentos e não aos interesses da população em geral, conforme ressalta Parente (1999).

Nesse contexto, a terra é um bem necessário, mas é usada para beneficiar determinadas classes sociais vinculadas aos anseios do estado que usa do artifício de desenvolver e ocupar esta área de fronteira recente. Dessa forma, a mudança do espaço agrário tocantinense se dá pela manifestação dos agentes modernizadores,

introduzindo novas estruturas produtivas no uso do solo agrícola e desarticulando as formas tradicionais do uso da terra.

1.2.2-O processo de urbanização em Araguaína-TO

Para termos uma noção considerável da urbanização, é preciso nos remeter ao processo histórico de urbanização de Araguaína, que se inicia na segunda metade do século XIX, em 1876, com a vinda de nordestinos para o antigo norte goiano, atual estado do Tocantins; estabeleceram-se na floresta entre os rios Andorinhas e Lontra, estes por sua vez praticavam agricultura. Mas só após a década de 50, com a construção da rodovia Belém-Brasília, é que o fenômeno urbano acelera-se, como afirma Santiago (2000).

A urbanização após década de 1950 foi impulsionada pelo advento da Belém-Brasília (BR-153), pois sua construção exigiu mão-de-obra considerável, essa massa populacional advinda de áreas de fronteiras agrícolas, convergiu para Araguaína, ocasionando inúmeras transformações; neste momento nota-se o surgimento de fazendas no município, a respeito desse fato Santiago (2000) destaca que:

Com o advento da construção da rodovia Belém-Brasília, o número de habitantes foi crescendo consideravelmente, especialmente em razão da grande demanda de contingente de mão-de-obra, o que atraía dezenas de famílias para os trabalhos de desmatamento, agenciamento do pasto e construção de outras benfeitorias. É nesse período que se começa a observar a formação de médias e grandes fazendas na região, as quais ainda predominam (p.51).

O que podemos afirmar com certeza é que a construção da BR-153 trouxe o “progresso”, para a cidade de Araguaína, localizada as margens da rodovia; que com o tempo a mesma, aumentou o número de habitantes, de serviços e comércio, ocasionando um processo rápido de urbanização. Esta situação deve-se ao fato de toda comunicação entre a região norte e o restante do país ser feita pelas vias rodoviárias, e por esse motivo a cidade de Araguaína tornou-se, parada obrigatória, devido sua localização. Então conseqüentemente, as cidades longe da BR-153, não cresceram, mas se estagnaram, pois as mesmas situavam-se nas proximidades dos rios por onde aconteciam a circulação de pessoas e mercadorias antes do surgimento da Br-153, sob este fato Gaspar comenta:

É nesse contexto que analisamos a exploração da fronteira urbana na Amazônia Oriental, no qual rodovias são os eixos da nova circulação em substituição à circulação fluvial. Pequenos aglomerados se constituem numa pulverização do urbano. E sob o comando da circulação, entre as décadas de 70 e 80. Revigoram-se núcleos, surgem outros e decai aquele que não está na margem do “progresso” a BR. Desta forma, ao longo da rodovia ou próxima a ela especificamente em nosso caso de estudo, impulsiona-se Talismã, Brejinho de Nazaré, Alvorada, Gurupi, Colinas do Tocantins e Araguaína, comandado por Imperatriz (2002, p.73).

Para Gaspar (2002), nos anos 70 e 80 sob essa lógica de circulação de pessoas e mercadorias, há uma inversão no número de habitantes do município de Araguaína, a população urbana supera a rural, devido à migração de pessoas de outras cidades, e a mudança da residência do fazendeiro para a cidade. Os fatores que influenciam este fato, em primeiro lugar, a posição geográfica, de acordo com Santiago (2002), deu a ela o título de “Polo Regional entre as regiões Norte/Nordeste” e o segundo fator foram os serviços (hospitalar, educacional, bancário, sistemas de comunicação, rádio, TV e telefonia).

Estas características dão uma nova lógica ao urbano, pois esta estrutura de serviços faz expandir a área territorial urbana, para atender aos anseios dos agentes que (re)produzem o espaço urbano, provocando um crescimento sem planejamento: desordenado e descontínuo.

1.3- O papel dos promotores imobiliários

Para falarmos das estratégias da escassez da terra urbana, e o papel dos promotores imobiliários, é de fundamental importância definirmos e tecermos comentários a respeito do espaço urbano, e os agentes responsáveis pelo seu processo de (re)produção.

Neste primeiro momento, a pergunta mais sensata a fazer, seria o que é espaço urbano? Segundo Roberto Lobato Corrêa (2005), para compreender a produção do espaço urbano é preciso dividi-lo em quatro momentos distintos. Num primeiro momento é resultado das ações dos homens, sobre a terra com objetivo diverso tais como: políticos, econômicos e sociais, sobre este ponto Corrêa nos fala: “O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, ao conjunto de diferentes usos da terra justaposto entre si [...] (CORRÊA, 2005 p.7).

Então podemos afirmar com certeza que o espaço urbano é fruto de ações de sujeitos sobre a terra urbana, que gera áreas seletivas segundo o seu uso: comerciais, de serviços, de gestão, áreas industriais e áreas residenciais. Num segundo momento Corrêa (2005), afirma que o espaço urbano é fragmentado e articulado. Fragmentado devido aos diversos usos, articulado porque as partes mantêm relações umas em menor, e outra com maior intensidade. Estas relações dar-se através do fluxo de circulação de pessoas e mercadorias, entre as partes por motivos diversos tais como: trabalho, lazer, estudo, serviços, comércios, lucro, melhoria e produção etc.

Em um terceiro momento, Corrêa (2005), afirma que essa condição de fragmentada e articulada do espaço urbano seria a expressão espacial de processos sociais. Então se subentende que o espaço urbano é formado e dividido em áreas residenciais, segundo o poder aquisitivo de cada classe social, em outras palavras a segregação sócioespacial, seria a materialização da divisão de classe da sociedade capitalista.

Em um quarto momento, o autor citado, refere-se ao espaço como condicionante social, porque acredita que o espaço urbano capitalista desempenha um processo de (re) produção das mesmas condições de produção das relações capitalistas da sociedade.

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e reproduzem-se. É cenário e ao mesmo tempo alvo de lutas sociais de diferentes atores.

No processo de (re)produção do espaço urbano, tem certos atores, responsáveis; estes são vistos através de suas atuações no processo de expansão da malha urbana, ou da renovação nas áreas mais centrais. Então o espaço urbano das cidades brasileiras é resultante das forças heterogêneas dos “agentes sociais” que produzem de acordo com seus interesses, segundo Corrêa (2005), os agentes são; os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos.

Os agentes responsáveis pelo processo de produção do espaço urbano, ora, antes mencionado, no parágrafo anterior, atuam na produção da cidade, desde as consideradas de pequeno porte a metrópoles, segundo Instituto Brasileiro de Geografia estatística (IBGE, 2010), sendo diferenciada a atuação pelo poder

aquisitivo dos agentes sociais. Todos eles visam neste processo de produção do espaço urbano beneficiar a si mesmo.

Os proprietários dos meios de produção se tornam agentes neste processo, ao instalar-se sobre o solo urbano, e exigir do Estado infraestrutura necessária e sua produção e circulação. Já os proprietários fundiários inserem-se nesta conjuntura ao transformarem a terra rural em urbana, devido o lucro do “valor de troca” ser superior ao “valor do uso”. E os promotores imobiliários através das incorporações, fazem da terra urbana uma verdadeira mercadoria de alto custo. O Estado é o mais versátil, pois atua desde a implantação de infraestrutura, legalização, zoneamento do solo urbano, passando a ser uma determinadas ocasiões, a proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários. Finalmente, os grupos sociais que também participam da produção do espaço, de forma marginalizada, principalmente, através de invasões de área públicas ou privadas nas periferias urbanas, bem como pela busca de melhorias para áreas esquecida pelo poder público local, para Corrêa (2005).

CAPÍTULO II - A EXPANSÃO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA

O processo de expansão da área urbana de Araguaína em um primeiro momento foi impulsionado pela construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), que propiciou um aumento populacional, e integrou-se ao restante do país, que até então se encontrava isolada. Devido essa integração com outras regiões do país, e sua boa localização geográfica (na parte central do Brasil) com o passar do tempo, especificamente no final da década de “80”, Araguaína concentrava uma gama enorme de serviços e polarizava a região norte do Goiás. Mas atualmente ainda é, e em maior escala, pois faz pessoas convergirem de toda região norte do Tocantins, sul do Pará e Maranhão, a respeito da polarização no norte do estado de Goiás, por Araguaína, Ajara, apud Gaspar, destaca que:

É na sede do município de Araguaína que estão concentradas as funções urbanas, isto é, quase todas as atividades comerciais, administrativas e financeiras e os serviços sociais existentes na área. Assim, Araguaína exerce um forte processo de polarização sobre a sua área de influência, em função de sua expressão econômica e demográfica... seja por equipamentos públicos de âmbito regional, seja por sediar investimentos privados estruturados de uma rede de serviços... a sua polarização está ligada diretamente aos municípios de Arapoema, Babaçulândia, Colinas do Tocantins, Filadélfia, Goiatins, Itapora, Presidente Kennedy, Xambioá, Pedro Afonso, Guaraí e Itacajá (AJARA, apud GASPAS, 2002, p. 83).

Então é notado que a cidade de Araguaína polariza o norte do estado de Goiás, no que se referem os serviços: saúde, comércio, educação, serviços públicos; devido à convergência de pessoas de varias cidades pequenas e povoados próximos. Outro fator que reforça sua força de atração nesta região é o fato de ser no final da década de “80” a cidade que mais cresce, sendo a terceira cidade em numero de habitantes do Estado.

Neste período, segundo (revista municipalista), Araguaína recebia diariamente inúmeras pessoas, e este fato propicio múltiplos problemas no urbano, entre eles o crescimento desordenado e descontinuo, devido às invasões de inúmeras áreas na parte periférica da cidade.

Ate a primeira metade da década de 90, a cidade de Araguaína foi a maior cidade devido à emancipação politica do norte do antigo estado do Goiás, atual estado do Tocantins; sendo superada, posteriormente, por Palmas, capital do Estado. Neste mesmo período segundo Gaspar (2002), era concretizada sua

soberania no norte do Estado no que se refere ao setor terciário, especialmente serviços. Então podemos afirmar que a capacidade de oferecer serviços é que propiciou o aumento populacional, e conseqüentemente, o crescimento da área territorial urbana.

Araguaína não sendo diferente da maioria das cidades brasileira, não é uma cidade planejada. Este fato é notado no modelo de crescimento, materializado do território. Trata-se da construção de um espaço urbano fruto das ações dos agentes modeladores, este fato é notado, segundo Silva (2005), com a chegada de pessoas que se apropriavam de áreas para construir suas moradias, sobre esta questão Corrêa (2005) comenta: “A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação... muito menos, comparar um imóvel” (CORRÊA, 2005, p. 29).

Fato este justificado devido à documentação de posse da terra urbana que não há, este fato pode ser verificado com boa parte das residências de alguns setores, como por exemplo: o Bairro São João, situado na parte central. Este contingente populacional recém chegado desencadeou um processo de ocupação desordenado, fazendo com que a cidade se expandisse de forma rápida e sem planejamento, como acontece até os dias de hoje. Este problema pode ser visualmente contemplado em alguns setores, como no exemplo do bairro anteriormente citado, onde constatamos ruas tortuosas, ruas sem conexões, residências construídas quase ou em alguns casos em cima da rua. A maioria dos bairros da cidade são localizados em áreas sem amenidades naturais e socialmente construídas, ou seja, em áreas íngremes, encostas de córregos, áreas alagadiças e sem infraestrutura (saneamento básico, asfalto, luz, água, etc.), sendo resultado das ações dos grupos sociais excluídos, a respeito desse fato Corrêa nos fala:

Em terrenos públicos ou privados inválidos que os grupos sociais excluídos produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência as adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 2005, p. 30).

Evidentemente a capacidade de oferecer serviços, e sua boa localização geográfica, são os responsáveis pelo aumento populacional e expansão urbana na

cidade de Araguaína, ocasionando paralelamente uma expansão da área comercial isto é notado na forma de seu crescimento. O segmento comercial expande-se na década de “90” para além da Avenida Cônego João Lima na área central. Esta expansão para outras ruas e avenidas próximas deu um novo significado, pois antes eram residências e passaram a ser comerciais. Este fato provocou um crescimento da área comercial e a expulsão deste residente para periferias, mas de forma seletiva segundo seu poder aquisitivo.

Ainda no comércio crescente, existem lojas especializadas, principalmente voltadas para atividade do campo, onde disponibilizam profissionais especializados em atividades agropecuárias (agrônomo, veterinário, zootecnista, entre outros) para auxiliar devidamente as necessidades dos grandes fazendeiros e agricultores da região em suas atividades. Devido à pecuária ser tão intensa, e em grande escala, e possuindo um grande rebanho bovino a cidade de Araguaína recebeu o título de “Capital econômica do Norte”; a respeito desse fato Pereira e Santos (2005) nos fala:

Que ao entrevistar comerciantes desta cidade de Araguaína, foi possível observar que o mercado consumidor em sua grande parte se concentrava neste município sendo fator preponderante para sua instalação, situação que levou a empresa a montar filial, no ano de 1976, com intuito de atender o mercado consumidor, pois sua matriz que fica em Goiânia já não era suficiente, devido a distancia, para atender as necessidades locais e regionais, só para se ter uma ideia 30% (trinta por cento) dos consumidores são paraenses e/ou maranhenses. Com o progressivo desenvolvimento na área agropecuária nesta região nos últimos tempos é notório destacar que algumas bem-feitorias ocorreram e vem acontecendo devido a essa atividade, como por exemplo a pavimentação e abertura de rodovias e estradas, a eletrificação rural, a construção de pontes, a implantação da ferrovia norte-sul [...] e estas empresas de maior porte, como é um caso da Agroquima, ela terceiariza dois médicos veterinários, um engenheiro agrônomo e seis técnicos agropecuários para atender seus clientes além dos convencionais funcionários que a empresa possui.

A venda externa é uma maneira que as lojas de Araguaína já adotaram a alguns anos, dando assim maior comodidade aos seus compradores que nesses casos não precisam sair de suas propriedades para comprar (PEREIRA e SANTOS, 2005, p. 09).

Neste contexto é notado que devido à necessidade, a cidade cria um novo significado para atender uma fatia específica detentora de capital ora antes mencionada no parágrafo anterior. Outro segmento do setor terciário que impulsionou o crescimento desordenado foi à educação superior, com implantação da Unitins (Universidade do Tocantins, que no ano de 2002 passou a ser Universidade Federal do Tocantins), e o ITPAC (Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos) e outras faculdades.

Gaspar (2002), estas instituições fizeram convergir para a cidade uma demanda de pessoas. Provocando um aumento de valor da terra urbana e residências, neste momento surge outro ator o promotor imobiliário que é responsável por muitas vendas de lotes e residências em áreas nobres da cidade. Neste contexto, o objetivo do promotor imobiliário é construir habitações para a população de alta renda; pois neste caso terá maior lucro. Já para a população de baixa renda os mesmos não têm interesse em construir habitações. Só no caso de haver uma população pobre a procura por habitação, então promotor imobiliário obtém ajuda do estado de modo a tornar viável a produção.

Mais sua atuação no espaço urbano gera uma segregação, pois os mesmos veem o espaço como mercadoria então o vende para quem pode pagar mais, esta situação faz materializar bairros no urbano totalmente seletivo, dividido pelo poder aquisitivo dos seus moradores. Por esse motivo que no espaço urbano de Araguaína existem bairros tão diferentes tais como o bairro Anhanguera voltado para a população de alto poder aquisitivo dotado de melhor infraestrutura, ao contrário do conjunto Patrocínio feito para satisfazer a população de baixa renda que financiaram a compra do imóvel pela caixa econômica federal. Então sua atuação no espaço urbano consiste em obterem o maior lucro na venda de seus lotes e imóveis, devido os mesmos serem bem localizados estruturados, o fazem por um alto valor, este fato como nós vimos ocasiona uma segregação do espaço urbano, como enfatiza Gaspar (2002).

A segregação anteriormente comentada é um caso em especial de concentração, em particular definida como segregação residencial, que é um processo espacial onde parcelas sociais definidas de acordo com a sua renda, profissão, educação, status, que tendem a se separar, originando áreas sociais internamente homogêneas e heterogêneas entre si. Assim, a força destas áreas socialmente iguais gera condição através das quais se verifica a reprodução, nas gerações futuras, e em alguns casos na própria área, do conteúdo social existente naquele local.

A expansão urbana sem controle e infraestrutura de Araguaína tornou-se algo cotidiano, passando a apresentar diversos problemas tais como: invasões de áreas privadas impróprias para construção de moradias, ocupações das margens dos córregos e rios e também próximas a rodovias de alta circulação de veículos sendo sujeitas a acidentes, embaixo de redes de alta tensão e construções de habitações

fora do padrão de segurança mínima. Além destas situações observamos áreas diferenciadas no urbano mais bem localizado e estruturadas reservadas para a população de classe alta. Este fato nos mostra claramente a divisão do espaço sua mercantilização enquanto mercadoria para atender uma parcela específica da população.

Assim, o espaço urbano de Araguaína é fruto das ações de vários atores que modelam este cenário para satisfazer suas necessidades e do capital emergente. Mas suas manifestações geram um crescimento descontínuo e desordenado do espaço por falta de planejamento. Neste jogo de interesses a grande prejudicada é a população de baixa renda que é expulsa das áreas, mais centrais e nobres da cidade devido o processo de renovação urbana e valorização destas localidades.

Desta forma, pode-se enfatizar que o município de Araguaína, não sendo uma exceção à regra, é fragmentado devido à diversidade de seus usos, articulados por manter conexão entre suas partes, reflexo e condicionante, e campo de luta das diferentes classes sociais, sendo fruto das ações dos agentes sociais. Então neste contexto estamos aptos a falar das estratégias da escassez da terra urbana e os atores envolvidos no processo.

Ainda neste, é interessante dizer que Araguaína mostra claramente que aqui vem ocorrendo à estratégia da escassez da terra urbana, pois ao caminharmos pela cidade, visualizamos grandes áreas várias entre os setores existentes, ou seja, uma descontinuidade urbana. Contudo a cidade não para de crescer, surgindo setores cada vez mais distantes da área central, este fator faz com que cada vez mais aumente, o número de áreas vazias, espaço urbano do município em questão.

A cidade de Araguaína como citado no parágrafo anterior, mostra que em sua configuração urbana, existem espaços vazios, sendo fruto da estratégia de escassez da terra urbana. Mas por motivo de ser muito exaustivo enumeraram uma por uma e por considerar o tempo reduzido para produzir o trabalho em tela, convencionou-se eleger algumas áreas onde se traduz de forma mais significativa este jogo. Percebe-se ainda que o objetivo dos atores envolvidos: os promotores imobiliários e proprietário fundiário é exclusivamente a valorização de suas áreas, que com o tempo, fica cada vez mais bem localizada, devido à implantação de infraestrutura nas proximidades e vias circulatórias.

CAPÍTULO III - A DESCONTINUIDADE URBANA DE ARAGUAÍNA E A VALORIZAÇÃO DOS SEUS IMÓVEIS

A princípio, é interessante destacar que o espaço urbano da cidade de Araguaína é descontínuo, pois no seu âmbito podem-se perceber áreas vazias entre um bairro e outro, na direção centro – periferia. Nesta descontinuidade urbana, pode-se perceber uma segregação residencial, onde existem bairros mais estruturados e localizados, sendo habitado por pessoas de maior poder aquisitivo, e outros mal estruturados e localizados onde a população residente é de baixa renda. E esta situação no que se refere à implantação de serviços públicos seletivamente no espaço é obra do Estado sendo pressionado pelas classes de maior poder aquisitivo.

Como foi citado no capítulo anterior, o Estado assume inúmeras formas no processo de produção do espaço urbano; mas muitas vezes o mesmo é visto por alguns, como por exemplo, empresas e população como órgão público que pode dotar a cidade de determinados serviços; esquecendo de suas outras atribuições no processo de uso e ocupação do solo urbano, a respeito deste fato Corrêa (2005) comenta:

No entanto, é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc. interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. A elaboração de leis normas vinculadas ao uso do solo, entre outras as normas do zoneamento e o código de obras, constituem outros atributos do Estado no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desempenho especialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem que servem à população, que o Estado se forma o alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana (CORRÊA, 2005, p. 24 e 25).

Além destas atuações, hora, antes mencionadas, no espaço urbano pelo Estado, segundo Corrêa (2005), o mesmo pode cobrar impostos fundiários que podem variar, segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; neste caso as áreas nobres da cidade terão valores diferenciados, das demais; um destes impostos (IPTU) serve de base para nos mostrar o valor destes imóveis, fruto da infraestrutura posta pelo Estado, pelo tamanho dos imóveis e pelo conteúdo social existente. Neste caso podemos afirmar que um imóvel nas áreas mais nobre da cidade, e bem localizado terá maior valor no mercado imobiliário; a respeito da

localização, Villaça nos fala: “[...] O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela localização dos edifícios, ruas e praças a essa localização que insere a aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da [...]” (VILLAÇA, 2001, p. 72)

Notamos em fatos relatados anteriormente que o Estado através de sua atuação ao implantar determinados equipamentos privilegia áreas mais nobres, dando a ela localização, que por sua vez aumenta seu “valor de troca” e de uso. Fato visto nas partes nobres de Araguaína, que sua localização fruto de valores anteriormente citados, dá a ela um valor maior no mercado imobiliário.

O Estado, na sua escala municipal, tem como uma de suas metas, a implantação de infraestrutura no urbano, só que esse processo de implantação, acontece de forma a privilegiar determinadas áreas por pressão das camadas de maior poder aquisitivo, e promotores imobiliárias, visando com essas melhorias, a valorização, e conseqüentemente o aumento do preço dos imóveis destas áreas.

É esta atuação diferenciada no espaço, geram localizações diferenciadas no espaço urbano, e com conteúdo social diferente, a respeito deste fato Corrêa, nos fala:

Tendo em vista estes propósitos o Estado capitalista cria mecanismo que leva à segregação residencial e à sua ratificação. Assim, os diferenciais de impostos territorial e predial são um forte discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social: os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado. Através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial [...] (2005, p. 26).

Corrêa (2005), ainda destaca que, o Estado através da alocação diferenciada espacialmente na cidade e de serviços de consumo coletivo gera um aumento de preços de lotes e imóveis para uma determinada parcela da sociedade, ocasionando com isto certa homogeneidade em seu conteúdo sócio espacial. Em Araguaína é notada algumas áreas, onde habitantes residentes têm maior poder aquisitivo, este fato pode ser observado nos setores: Noroeste, Tecnorte, Anhanguera e Urbanístico, onde estas áreas têm altos valores segundo suas localizações. A respeito dos valores referentes às localizações, Villaça (2001) comenta:

[...] A terra – localização só é monopólio – ou melhor, o monopólio só pesa significativamente no preço – em casos raros, como a frente para o mar e lpanema, ou a vista para o Pão de açúcar, toda terra tem, é verdade, algum grau de monopólio, mas na maioria dos casos esse grau é pequeno a determinação do seu preço. A terra – localização, como qualquer produto, tem seu preço determinado basicamente pelas condições de sua produção (pelo seu custo de produção, como disse Lefebvre) ou pelo seu valor (VILLAÇA, 2001, p. 75).

Mas o Estado, ao privilegiar determinadas áreas no urbano de Araguaína, cria localizações impares fruto de alocação diferenciada de infraestrutura, para atender determinados interesses capitalistas, este fato gera uma valorização diferenciada, ocasiona por sua vez um processo de segregação residencial, fruto dessa desordem urbana. Mesmo a cidade sendo planejada do início ao fim, o Estado da mesma forma, a respeito desse fato Corrêa (2005), fala sobre a origem e evolução da cidade de Mérida na península do Yucatan, no México no século XV.

A cidade foi planejada em torno de uma praça central. Os quatro quarteirões que a delimitavam foram reservados para a catedral, os edifícios dos governos provincial e municipal e a residência de chefes dos conquistadores. Aos outros espanhóis foram cedidos lotes dentro de dois ou três quarteirões, em cada direção. Esta área espanhola de residência constituiu o centro. A uma distância maior, na direção do exterior, e deixando espaço para a exploração deste centro, foram reservadas áreas nas quais os índios podiam estabelecer-se. Estas áreas constituem Bairros. À medida que a cidade crescia o centro foi absorvendo Bairros e os índios foram se mudando para mais além. À medida que estes aumentavam um número, a área que ocupavam e a se tornando maior. Mais crescimento prosseguiu vagorosamente em harmonia com a estrutura social e cultural estabelecida (2005, p. 27).

O Estado nos dias de hoje, atua da mesma forma segregativa, anteriormente citada, um grande exemplo deste fato é a capital do recém criado Estado do Tocantins, onde o espaço urbano foi pensado racionalmente, desde sua fundação para atender o Capitalismo, e isto pode ser observado no seu traçado. Araguaína não foi planejada desde a sua fundação, de forma segregativa, mas segundo o poder aquisitivo dos seus moradores; e seu crescimento e a implantação de equipamentos privilegiam as classes mais altas da sociedade, materializando dessa forma, este processo.

O Estado através da renovação urbana valoriza determinadas áreas, principalmente no primeiro momento as áreas mais centrais, este fato atribui a esses lugares um novo preço, ou seja, ativa a especulação imobiliária, pois os imóveis sofrem uma variação nos seus preços, a respeito desse fato Santos fala:

[...] Operações de renovação empreendidas nos centros urbanos, cujo resultado é, também, o de ativar a especulação imobiliária expulsando parcela da população presente e impondo nova lógica à cidade como um todo. Essa lógica é a da valorização – desvalorização diferencial dos diversos setores urbanos. Como, porém, esses projetos CURA são geralmente associados ao programa das cidades médias, aglomeração destinadas a acolher atividades econômicas modernas descentralizadas, o resultado comum é o aumento do valor de todos os terrenos equipados e reativação, em nível superior, dos processos espaciais que já definem a problemática urbana. (SANTOS, 2005, p. 124-125)

No momento atual, fato similar esta sendo feito na cidade, é o projeto do poder publico local, que visa o processo de revitalização da Cônego João Lima, a avenida que concentra a maior parcela do comércio. Esta reforma atribuirá a esse espaço um novo valor aos imóveis, ocasionando um aumento nos preços dos imóveis e seus respectivos alugueis. Esta reforma ocasionará uma especulação imobiliária, e fato paralelo acontecerá neste jogo, que será expulsão dos pequenos comerciante desta área por não terem condição de pagar o novo valor dos alugueis ou (IPTU), fruto das reformas urbanas neste local.

As áreas mais nobres da cidade podem ser rapidamente percebidas, ou visualizarmos a paisagem urbana destas localidades produzidas socialmente no tempo; um fato aparente são suas residências, que tem dimensões maiores, e estilo inovador, mostrando o poder aquisitivo de seus proprietários ao planejarem a construção via profissionais da área (engenheiro e arquiteto). A área construída supera 200 m², os espaços são reservados para jardins e piscinas, grandes muros com cerca elétrica delimitando toda sua propriedade, e estes residentes têm, geralmente, de 1 a 2 carros em suas garagens. Estes fatos mostram as características destas habitações nas áreas nobres, e ao mesmo tempo exemplifica, o valor destas áreas pelas construções e conteúdo social e infraestrutura posta pelo Estado, gerando com isso uma “localização” e esta por sua vez aumentará o valor dos imóveis, tornando estas áreas cada vez mais homogêneas.

Estas áreas nobres mostram a divisão do espaço urbano pelo poder aquisitivo de sua população. Que em outras palavras quer dizer um tipo de segregação residencial, que por sua vez remete-se a divisão social do espaço, segundo a classe social da sociedade. Em outras palavras a expressão espacial da segregação é a “área natural”, definida por Zorbaugh como sendo uma área geográfica caracterizada pela individualidade física e cultural.

Já para Corrêa (2005), é um processo de competição impessoal que gera espaço de dominação de diferentes grupos sociais. Como podemos notar o espaço urbano está dividido; este fato pode ser facilmente observado através da segregação residencial na cidade, como exemplo, tomaremos áreas dispareas para confirmar nossa proposição: o setor Anhanguera, onde a população residente tem um alto poder aquisitivo, e ao contrário desta situação é o bairro Presidente Lula, onde a população é de baixa renda; estas duas realidades nos evidencia a divisão social do espaço.

Então notamos que a segregação é um processo que visa à homogeneização de determinadas camadas sociais, segundo os eu poder aquisitivo em determinadas áreas (bairro) da cidade a nível interno (dentro da área), e materializa no espaço uma heterogeneidade entre as áreas. Com relação a esta realidade Corrêa ressalta:

Na medida em que estas forças atuam intensamente e durante um longo período de tempo, geram uma marcante fragmentação de estrutura social, ao mesmo tempo em que se verifica crescente concentração de atividades e população na cidade. Da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista (CORRÊA, 2005, p. 62).

Então vemos que este processo da segregação, visa privilegiar alguns e excluir a grande maioria dos residentes, neste contexto o Estado capitalista atua diretamente ao dotar seletivamente o espaço urbano, de equipamentos urbanos; neste momento favorece uma fatia da sociedade; mas somente a de maior poder aquisitivo.

Notamos que através da intervenção do estado no espaço urbano, implantando infraestrutura, ele privilegia determinadas áreas, principalmente as habitadas por pessoas de maior poder aquisitivo, este fato gera um aumento de preços destes imóveis. Até mesmo áreas de conteúdo social de baixa renda com alocação de serviços públicos passa por um processo de valorização de seus imóveis e lotes. A respeito desse fato, Santos destaca:

[...] Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgotos e eletricidade) acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre orçamento reduzido e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas [...] (SANTOS, 2005, p. 125).

O setor Noroeste é um grande exemplo desse fato, que no início só tinha moradores de baixa renda, mas com tempo devido à implantação de infraestrutura (água, energia, asfalto e outras), houve uma valorização destas áreas, ocasionando um aumento dos imóveis e aluguéis é conseqüentemente aumento do imposto predial territorial urbano cobrado. Este fato, por sua vez, é percebido quando se assiste a expulsão da população pobre para periferia urbana, cedendo lugar a pessoas de maior poder aquisitivo, que constroem suas residências de alto padrão. Esta operação reafirma que o espaço urbano é uma mercadoria, e suas partes bem localizadas só podem ser consumidas, por aqueles que têm melhores condições financeiras.

O Estado através de sua ação diferenciada no espaço urbano de Araguaína fomenta o processo de segregação sócio espacial. Esta atuação diferenciada beneficia determinadas áreas, principalmente as mais nobres (setor Noroeste, Tecnorste, Urbanístico e Anhanguera); por que o conteúdo social destas localidades tem um maior poder aquisitivo. Através da ação do Estado estas áreas são valorizadas pelas suas localidades que são socialmente produzidas.

O Estado capitalista através de sua atuação diferenciada no espaço urbano visa privilegiar os promotores imobiliários, proprietários fundiários e a população de alto poder aquisitivo com alocação seletiva de equipamentos urbanos. E implantação destes serviços no que se refere à infraestrutura nas localidades destes agentes aumenta o preço dos seus imóveis; provocando a especulação fundiária e imobiliária de suas áreas e adjacências. Com isso estas áreas são valorizadas devidas implantação de infraestrutura e conteúdo social existente, que neste caso é de alto poder aquisitivo, estas áreas são reflexo da divisão social do espaço urbano.

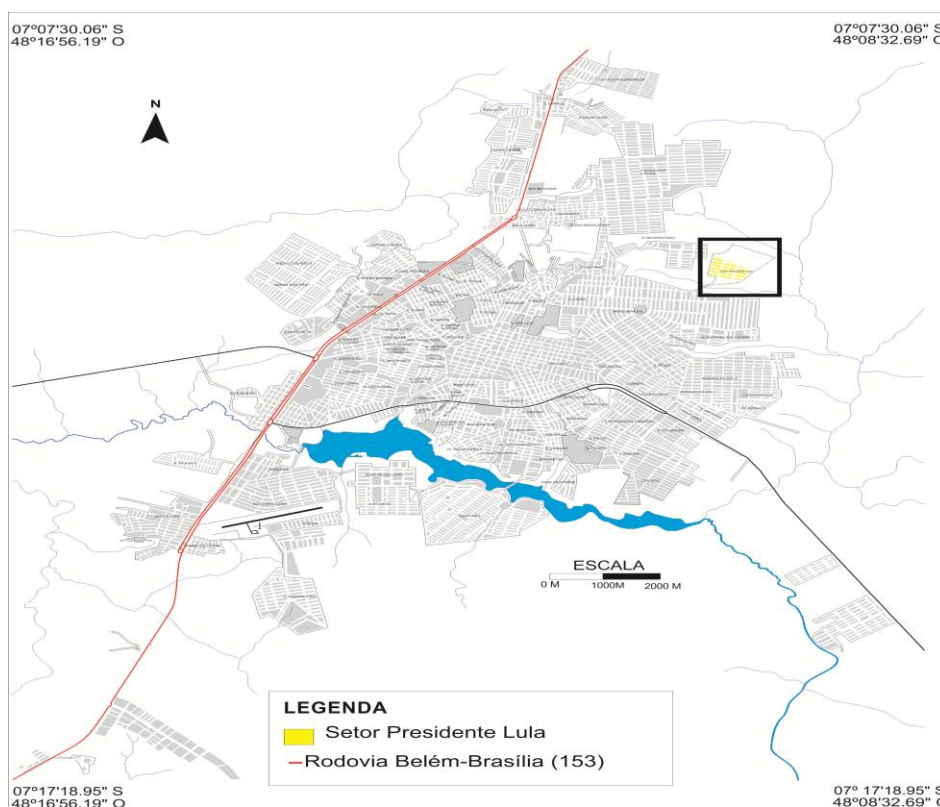
Nesta perspectiva é notado que o Estado frisa beneficiar no espaço urbano os detentores do capital, e estes por sua vez como citados anteriormente vêm o espaço urbano como mercadoria, então sabem que o preço dos imóveis é fruto do trabalho empregado na sua produção, neste contexto esses agentes podem especular a cerca do preço destes imóveis devido à atuação do Estado de forma seletiva na cidade de Araguaína.

CAPÍTULO IV - A SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM DESTAQUE O BAIRRO PRESIDENTE LULA

4.1 – Bairro Presidente Lula

A área delimitada para o presente estudo compreende a ocupação do lugar denominado “Presidente Lula”, localizado próximo ao bairro Araguaína Sul (Etapa 2) e outros bairros, localizado na parte nordeste da cidade de Araguaína-TO.

Figura 1- Mapa da cidade – Localizando o bairro Presidente Lula



Fonte: OLIVEIRA, Janeiro/2016.

4.2- A ocupação e os principais problemas enfrentados pela comunidade do Bairro Presidente Lula

No início da ocupação do referido bairro, ocorreu um processo de invasão administrada por um líder comunitário. Assim, os primeiros moradores foram invasores e mais tarde, teve início à venda de lotes, esses eram vendidos no valor

de R\$ 200,00, parcelado em 04 prestações de R\$ 50,00. Os primeiros moradores do Presidente Lula foi: uma família de origem nordestina, naturais de Pernambuco.

O Bairro Presidente Lula situa-se afastado do centro da cidade (em áreas de chácaras como a Santa Rita e outras). Os habitantes são pessoas provenientes de outras regiões do país e também de outras cidades e, outros bairros de Araguaína. Pessoas que antes pagavam aluguéis e enfrentavam sérias dificuldades financeiras como o pagamento de água e energia com altos valores e fora da realidade delas, como afirma dona Marlene (pesquisa de campo).

Figura 2 – Entrada do Bairro Presidente Lula



Fonte: OLIVEIRA, Janeiro/2016.

A área faz parte de lugares periféricos do município, sendo uma área de pouco valor comercial, haja vista a falta de infraestrutura e o difícil acesso ao bairro (córrego Muricizal – sem ponte). A mesma é dividida em 520 imóveis, sendo 05 áreas de chácaras, além de 03 áreas públicas destinadas a construção da igreja, praça e escola. Destes encontram-se ocupados 478 imóveis. A comunidade é composta de 300 ou 350 famílias. Os habitantes do bairro convivem diariamente com a ausência de infraestrutura, recentemente a população é atendida por transporte público cedido pela Prefeitura e pela rede de água tratada. A rede de energia elétrica foi instalada a cerca de 2 anos, apresentando falhas na iluminação pública, gerando insegurança para a comunidade (pesquisa de campo).

Figura 3 – Córrego Muricizal, próximo à entrada do Bairro.



Fonte: OLIVEIRA, Janeiro/2016.

A ocupação da área iniciou-se após o segundo mandato do Presidente Inácio Lula da Silva. A área em estudo apresenta características específicas de setores oriundos de ocupações irregulares, permanecendo anos sem a mínima condição de habitação. Desse modo as construções seguem padrões irregulares, inicialmente rudimentares, uma vez que os ocupantes são pessoas muito humildes, e aproveita qualquer sobra de materiais para construções de suas moradias. A maioria das casas é de tijolos e acabamento (reboco, piso e outros).

Figura 4 – Tipo de casa existente no Bairro.



Fonte: OLIVEIRA, Janeiro/2016.

Pode-se afirmar ainda que, a maioria das moradias do bairro possui de um a três cômodos, piso de chão batido, cobertos geralmente, com os mesmos materiais utilizados para erguer as paredes, em alguns casos é a ausência de portas e janelas, sendo habitadas sem oferecer nenhuma segurança ao morador. Esse fator é agravado pela pressa que o ocupante tem de erguer o barraco o mais rápido possível, para garantir a ocupação do lote.

E ainda que a maioria das casas apresente melhores condições de moradia, são erguidas de tijolos e cobertas com telhas de barro. Possuindo uma estrutura melhor, mas estes moradores enfrentam uma realidade mais sofrida quando ocuparam o lote. Segundo informações da Presidente do bairro, estes moradores foram anos de luta para se livrarem das péssimas condições de moradias.

Figura 5 – Casa construída no Bairro.



Fonte: OLIVEIRA, Dezembro/2015.

Devido à pressa em erguer a moradia e pela precariedade de água e a inexistência da rede esgoto, os banheiros a princípio foram improvisados, com a

abertura de fossa seca, que com o passar do tempo não oferecem as mínimas condições de higiene, acarretando sérios problemas de saúde aos usuários. Verificou-se ainda que em alguns casos as “privadas” são de uso coletivo.

Entre os problemas que podem afetar o meio ambiente destacam-se a insuficiência de investimentos em saneamento básico; a intensa poluição dos recursos hídricos, em particular de mananciais de abastecimento de água das cidades; a deficiência no sistema de drenagem, que contribui para ocorrência de enchentes; a ocupação das várzeas; as precárias condições para destinação do lixo; a diminuição de áreas verdes; a poluição do ar. Todas essas situações existem não somente pela ausência de planejamento, mais pela descontinuidade da atuação administrativa, quando o processo de priorização das atividades locais de interesse público é fragmentado, gerando distanciamento entre governo e cidadãos (CARLOS, 2004, p. 2).

As ruas do setor em estudo não apresentam pavimentação asfáltica e são margeadas por imóveis sem moradores. Todo o bairro é atendido pela rede de energia elétrica e iluminação pública, sendo esta última muito precária em virtude da falta de lâmpadas.

Figura 6 – Rua do Bairro Presidente Lula



Fonte: OLIVEIRA, Janeiro/2016.

Apesar de todas as dificuldades encontradas no setor, a especulação imobiliária, o alto preço dos imóveis urbanos na cidade, ainda existe famílias que migram para o setor, em busca de um local para morar.

A esse respeito Villaça, comenta:

Este momento refere-se à passagem do escravismo ao trabalho livre. A declaração do conselho do Estado de 1842 é transparente a este respeito: como profusão de datas de terras tem mais que outras causas, contribuindo para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres, é seu perecer que ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de se esperar que o imigrante pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de se fazer proprietário. (VILLAÇA, 2001, p. 25).

O setor não oferece área de lazer, conta apenas com um bar de estrutura precária onde há uma sinuca para diversão dos moradores, muito utilizado nos finais de semana. Esta é uma das razões do crescente número de dependentes de álcool que o setor apresenta. Para as crianças e mulheres não oferece nenhuma opção. Ainda existe no bairro, pontos comerciais como: a padaria, açougue e uma mercearia, para atender a população com gêneros alimentícios e outros.

Figura 7 - Bar existente no Bairro.



Fonte: OLIVEIRA, Janeiro/2016.

O serviço de transporte coletivo urbano passou a ser oferecido recentemente (há 02 meses) no setor devido à dificuldade de acesso. Apesar da precariedade das ruas do bairro. Na atualidade, o governo estadual juntamente com a Prefeitura

Municipal oferece transporte escolar e transporte alternativo para transladar os estudantes do bairro para outros bairros, tais como: São João, Araguaína Sul e outros. Com relação aos demais moradores, utilizam motos carroças ou bicicletas para se locomoverem ao centro urbano do município.

Ainda é interessante ressaltar que o transporte coletivo atende a comunidade do Presidente Lula em 04 horários distintos com ida e retorno, tais como: no período matutino: 6:30 – 6:45; 11:30 – 11:45, no período vespertino: 12:30 – 12:45; 17:30 – 17:45. Devido à necessidade em atender os estudantes do período noturno, foi feito recentemente à solicitação de mais dois horários, com o objetivo de atender a demanda dos moradores que estudam o EJA (Educação de Jovens e Adultos) com 40 alunos sendo 24 entre jovens e adultos e 16 idosos e, ainda a 05 acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Com relação à saúde, a população do bairro em estudo é atendida no UPA – Unidade de Pronto Atendimento do Araguaína Sul e pelo Posto de Saúde do Cimba. A coleta de lixo ocorre no Presidente Lula duas vezes na semana (quarta feira e sexta feira, no final da tarde).

Quando ocorrem campanhas de vacinação ou reuniões diversas, a população é reunida em um galpão coberto com telha brasilite e de chão batido.

Figura 8 – Galpão de atendimento à comunidade



Fonte: OLIVEIRA, Dezembro/2015.

Diante da realidade aqui apresentada, pode-se afirmar que são notórias as diferenciações de classes sociais, quando nem todos usufruem dos benefícios como bens e serviços prestados a população. E que os gestores incluem em seu planejamento as pessoas que atendem a um padrão de vida voltado para o capital, e os que não podem pagar por determinados serviços ficam de fora de tal planejamento. A consequência é a disparidade social em que a moradia em setores mais afastados é precária diminuindo a qualidade de vida da população e agravando a desigualdade social.

Nas grandes cidades as periferias são as materializações de mecanismos de exclusão/segregação, tais como: habitações insuficientes e de má qualidade, inexistência de infraestruturas básicas, baixa possibilidade de acesso rápido e confortável aos lugares de trabalho, malha viária e equipamento de transporte coletivo deficiente (SANTOS, 2005).

Assim, a contradição está relacionada à ideia de periferia, aquelas que são ocupadas pelas de poucas condições e as que são ocupadas pela classe privilegiada primeiramente com, pavimentação, iluminação, transporte coletivo e outros benefícios.

O diferencial de território acontece porque existe tanto uma segregação espacial da população pobre, quanto uma auto segregação da população rica.

CAPÍTULO V – O PAPEL DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

A falta de instrução e de conscientização da população do bairro Presidente Lula acerca dos problemas, que a ocupação descontrolada e sem infraestrutura causa a organização do espaço geográfico, tais como: moradias precárias, redes de energia e água não condizentes com a necessidade das pessoas que ali residem, escassez de transporte coletivo urbano e outras – fazendo com que a população local viva desprovida do essencial a vida.

Desta forma, a Geografia como a ciência que estuda o espaço geográfico tem papel fundamental na argumentação dos elementos sociais com os gestores em prol de uma organização adequada e digna para a população mediante ao espaço que ocupa e os seus fatores culturais, segundo Vlach (1991).

Mediante a esta realidade, vale salientar que o trabalho do professor de Geografia do ensino fundamental e médio é complexo, pois, além de realizar a leitura do espaço geográfico ou dos espaços geográficos, precisa fazer a leitura da realidade específica de seus alunos e daquilo que estes conhecem sobre o espaço; compreender de onde se originaram tais conhecimentos, como frutos da vivência, do senso comum ou se eles possuem certos “conhecimentos” que podem se traduzir em “não conhecer” ou falso conhecimento. Só então o professor estará apto a propor problemas desafiadores de caráter geográfico para ânsia de conhecimento do aluno.

Além das ações pedagógicas mencionadas acima, o educador da área de Geografia deve contribuir na mudança de pensamento da sociedade e dos gestores públicos de modo geral em Araguaína da necessidade de criar um planejamento urbano baseado num desenvolvimento sustentável, visando assim, amenizar a desordem dos espaços existentes no município, com ocupações desordenadas e impróprias para a habitação das pessoas que menor poder aquisitivo, dentre outros problemas.

Brasil (1997) destaca que os PCN's enfocam uma discussão teórica do ensino da Geografia no ensino fundamental e médio, com relevância dada aos temas ligados à percepção do espaço pelo indivíduo, enfatizando que a sociedade é marcada por laços afetivos e referências sócio culturais e alegando que é na

historicidade da paisagem considera-se em uma totalidade: o espaço físico, social e econômico percebido, e acredita-se que o imaginário social e o poder simbólico podem contribuir na formação dos lugares.

Frente a isso, pode-se dizer que o conteúdo do Ensino Fundamental e Médio deve mostrar que a cidadania não se restringe ao campo do Direito. A cidadania é concebida como possibilidade de permanência e de integração no lugar de origem ou de destino, como consciência de pertencer e interagir e sentir-se integrado com pessoas do lugar, ter uma posição desfavorável à segregação socioeconômica e cultural.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos argumentar que, principalmente no ensino médio, o professor de Geografia não pode ficar em “cima do muro:” ou está do lado dos dominados ou dos dominantes, principalmente o professor de escola pública, onde a população de baixo poder aquisitivo não dispõe dos serviços mínimos necessários da organização do espaço. ou seja, está excluída da sociedade de consumo. Porém, como educador, o professor de Geografia não deve ser militante de uma ideologia sobre pena de formar alunos militantes e não cidadãos críticos, de acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Finalizando, percebe-se que o professor da escola pública (Geografia) deve adotar uma postura política no sentido de evidenciar suas preocupações com o uso do solo urbano, a organização do espaço urbano, o meio ambiente, o processo erosivo nas vertentes, o destino do lixo urbano e outras. Se o geógrafo é professor, deverá levar até a sala de aula essa sua preocupação. O discurso político do educador-geógrafo em sua comunidade é de fundamental importância.

Neste sentido, como fecho de nossa sugestão de aplicação do nosso tema de pesquisa ao ensino de Geografia, indicamos que a teoria e prática poderão ser concretizadas pelo professor por meio de estudos a campo verificando a realidade dos moradores, registrando suas ansiedades, registrando imagens do ambiente produzido, bem como encaminhando as reivindicações dos mesmos, por meio de suas instâncias organizadas como a Associação de Moradores, igrejas, escola(s), uma vez que essas instituições devem funcionar também como instâncias representativas da comunidade local junto aos poderes constituídos.

A geografia é uma ciência cuja importância é contribuir, por meio do ensino, para o exercício da cidadania, tendo o espaço lugar como a maior síntese da vida

cotidiana. Só assim, será ensinada como e apropriada como arma contra as mazelas da sociedade, particularmente a araguainense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio do presente trabalho pode-se observar, que a forma, ou seja, o modelo de crescimento da área territorial urbana de Araguaína é descontínuo e segregado, sendo resultado das ações dos agentes sociais, que tem como meta extrair o maior lucro possível da terra urbana. Mas este fato não é somente típico de cidades de porte médio; é também característica marcante no espaço urbano de todas as cidades brasileiras, independentemente do seu tamanho.

O espaço urbano, como foi retratado, é socialmente produzido, este fato dá a ele o perfil de mercadoria, e como consequência integra-o ao mercado imobiliário. Neste contexto este produto, sendo fruto de uma força de trabalho, terá o preço diferenciado; então seu consumo também será diferenciado segundo o poder aquisitivo da população.

Ainda neste, foi possível notar que as estratégias da escassez da terra urbana, fomentadas da falta de terras urbanas para construção; com intuito de deslocar o crescimento urbano para periferia, almejando a remanescente de vazios urbanos que no futuro serão áreas valorizadas e alvo de especulação fundiária e imobiliária. Este crescimento descontínuo do espaço urbano de Araguaína mostra claramente o deslocamento da população de baixa renda para as áreas periféricas da cidade.

O Estado um dos atores principais do processo de (re) produção do espaço urbano de Araguaína; atua diretamente na descontinuidade e na segregação sócio espacial do espaço urbano ao privilegiar determinadas áreas, ao construir os conjuntos habitacionais na periferia urbana; e indiretamente ao implantar infraestrutura em bairros brutos de invasões. Estas medidas do Estado na integra visam finalmente beneficiar os promotores imobiliários e proprietários fundiários, que podem extrair altos valores de sua propriedade remanescentes devido à proximidade da infraestrutura implantada.

Para controlar ou criar medidas mitigadoras para esta situação vivenciada no espaço urbano de Araguaína; é preciso união da população local para reivindicar do Estado medidas que beneficiem a todos, não pelo seu poder aquisitivo; mas pelo fato de todos serem cidadãos; e, portanto terem direitos iguais. Contudo é preciso que o Plano Diretor da cidade seja elaborado com a participação efetiva de todos os

segmentos de diretrizes que devem ter como meta os direitos a todos os cidadãos sobre o espaço urbano.

Esta visão só poderá ser construída a partir da elaboração de uma consciência crítica da população, como também por políticas públicas mais comprometidas com as causas sociais. Só assim poderemos pensar em uma cidade com mais justiça social.

REFERÊNCIAS

- AJARA, César (org.). **O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira**. Rev. Bras. Geografia, Rio de Janeiro, v. 53, n.5, p. 5-48, out/dez, 1991.
- ANDRADE, Ana L. P.; NETTO, A. dos Santos. **A renda fundiária e a Estrutura Espacial Urbana**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- BARBOSA, Y.M. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**. 1999. 158f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Brasília: MEC, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço Urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo. Contexto, 2004.
- CASTELLS, Manoel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4º edição. São Paulo: Ática, 2005.
- GASPAR, Jacira Garcia. **Araguaína e sua região: Saúde como reforço da polarização**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- PARENTE, T.G. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 1999.
- PEREIRA, Aires José; SANTOS, Roberto de Souza. **Ensaio Geográfico e Educação**. Rondonópolis – MT, 2006.
- SANTIAGO, Claudivan. **Araguaína: História e atualidade**. Araguaína: Provisão, 2000.
- SANTOS, M; Silveira, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6º ed. _ Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 2002.
- SILVA, Nelito Lima. **A transformação da paisagem e as novas frentes de expansão urbana: o caso do surgimento do conjunto residencial Jardim das Flores**. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2005. (monografia de graduação em Geografia).

SPOSITO, Maria Encanação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel. FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VLACH, Vania. **Geografia em construção**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1991.